Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura

Os povos indígenas e afrodescendentes e as mudanças climáticas na América Latina

Dez experiências de colaboração intercultural escalável

Os povos indígenas e afrodescendentes e as mudanças climáticas na América Latina

Dez experiências de colaboração intercultural escalável

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Santiago do Chile, 2023

FAO. 2023. *Os povos indígenas e afrodescendentes e as mudanças climáticas na América Latina – Dez experiências de colaboração intercultural escalável*. Santiago do Chile.

As designações empregadas e a apresentação do material neste produto informativo não implicam, por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), qualquer julgamento sobre a situação jurídica ou o status de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites. As designações empregadas e a apresentação do material nos mapas não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da FAO sobre a situação legal ou constitucional de qualquer país, território ou área marítima, ou sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

A menção de empresas ou produtos de fabricantes específicos, patenteados ou não, não implica que sejam endossados ou recomendados pela FAO em detrimento de outros de natureza semelhante não mencionados.

As opiniões expressas neste produto informativo são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões ou políticas da FAO.

ISBN 978-92-5-138051-2

© FAO, 2023

Alguns direitos reservados. Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NoComercialCompartirIgual 3.0 Organizações Intergovernamentais; (CC BY-NC-SA 3.0 IGO; https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/deed.es).

De acordo com os termos da licença, a obra pode ser copiada, redistribuída e adaptada para fins não comerciais, desde que seja devidamente citada como acima. Nenhum uso desta obra deve implicar que a FAO endossa qualquer organização, produto ou serviço específico. Não é permitido o uso do logotipo da FAO. Em caso de adaptação, a obra resultante deve ser licenciada sob a mesma licença ou uma licença Creative Commons equivalente. Se a obra for traduzida, a seguinte isenção de responsabilidade deve ser adicionada ao lado da citação obrigatória: "Esta tradução não é obra da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A FAO não é responsável pelo conteúdo ou pela precisão da tradução. A edição original em inglês será o texto oficial."

Qualquer mediação de disputas que surjam em relação à licença deverá ser conduzida de acordo com as Regras de Mediação da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) em vigor.

Materiais de terceiros. Se você desejar reutilizar o material contido neste trabalho que seja de propriedade de terceiros, por exemplo, fotos, gráficos ou imagens, caberá a você determinar se a permissão é necessária para essa reutilização e obter a permissão do proprietário do material.

O risco de reclamações decorrentes da violação dos direitos de uso de um elemento que é propriedade de terceiros é exclusivamente do usuário.

Vendas, direitos e licenças. Os produtos de informação da FAO estão disponíveis no site da FAO (http://www.fao.org/publications/es) e podem ser adquiridos entrando em contato com publications-sales@fao.org.

As solicitações de uso comercial devem ser enviadas por meio do seguinte site: www.fao.org/contact-us/licencerequest. Dúvidas sobre direitos e licenças devem ser enviadas para: copyright@fao.org.

FOTO DA CAPA: ©FAO/Ana Reyes
Mulher da comunidade Yurumanguí, líder em governança florestal, Valle del Cauca, Colômbia.

FOTO DA CAPA INFERIOR: ©FAO/Mauricio Mireles Maloca indígena, Cantón de Talamanca, província de Limón, Costa Rica.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	**VII**
SIGLAS E ACRÔNIMOS	**VIII**
APRESENTAÇÃO	**1**
QUEM SÃO OS POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES NA ALC?	**3**
OS POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMÉRICA LATINA: TRÊS PONTOS A SEREM CONSIDERADOS	**7**
DEZ EXPERIÊNCIAS DE COLABORAÇÃO INTERCULTURAL ESCALÁVEL	**13**
1. Monitoramento florestal e territorial na era digital: troca de conhecimentos entre os povos Ngabe-Bugle, Emberá e Mbya Guarani.	13
2. A Força das Mulheres Wayúu e o gerenciamento de riscos agroclimáticos em Guajira	17
3. Aliança de Pescadores Indígenas da América Central (APICA)	21
4. O Conselho Comunitário da Bacia do Rio Yurumanguí em Buenaventura, Colômbia.	26
5. Escolas de liderança para mulheres indígenas	31

6. Governança territorial por meio do monitoramento comunitário: o caso do Conselho Comunitário de Comunidades Negras. COCOMASUR, Acandí - Colômbia 37

7. O povo Huilliche e os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) 42

8. Capacitação para acesso ao financiamento climático 46

9. O povo Kari'ña e o manejo florestal sustentável em Imataca 50

10. Mulheres negras e florestas: integração de gênero na silvicultura comunitária 54

CONCLUSÕES **61**

BIBLIOGRAFIA **65**

“Em nosso fogão não se cozinha apenas comida, mas também a identidade.”

Darío Mejía Montalvo,
Líder indígena Zenú e
membro do Fórum Fórum Permanente
sobre Questões Indígenas
das Nações Unidas

**“Ay cuando acabaron los bosques povos,
ay mamá no volvió a llover aeee...
Ay mi río se volvió piedra aeee,
monte espeso no volvió a haber aeee...”***

Fragmento canción yurumanguireña

* “Oh, quando as florestas acabaram aeee, oh mamãe, não choveu mais aeee... Oh, meu rio virou pedra aeee, não havia mais mato grosso aeee”.

Artesã indígena Kichwa de Otavalo, cantão de Otavalo, Equador.

AGRADECIMENTOS

Somos muito gratos a todas as organizações que representam os povos indígenas e afrodescendentes e àqueles que fazem parte delas por nos permitirem contar essas histórias em que eles são os protagonistas.

Também reconhecemos e agradecemos as enormes contribuições das equipes nacionais da FAO em cada um dos países onde essas experiências de colaboração foram realizadas. Sem todas as suas contribuições na forma de propostas, sugestões, histórias, revisões, comentários e fotografias, essa sistematização simplesmente não seria possível.

Em especial, gostaríamos de destacar e agradecer as generosas contribuições dos seguintes profissionais: María Acosta, Benicia Almeida, Cecilia Ballesteros, Onika Baptiste, Juan José Barrera, Luiz Beduschi, Julio Berdegué, Alan Bojanic, Alexis Bonte, Verónica Chicas Martínez, Álvaro Bello, René Castro, Eve Crowley, Mariana Estrada, Yon Fernández-de-Larrinoa, Danny Herrán, Ignacia Holmes, Jefferson Jaikissoon, David Kaimowitz, Jorge Meza, Mauricio Mireles, José Negro Valera, Hivy Ortiz Chour, Raquel Peña, Andrea Pérez, Fabiana Pierre, Luis Pinto, María Mercedes Proaño, Carlos Pulgarin, Mariela Ramírez Goio, Anna Ricoy, María del Carmen Ruiz Jaén, Adoniram Sanches Peraci, Milagro Viloria e Adriana Yepes.

E um agradecimento especial a Tal Pinto, Valentina Contreras e Paula Barahona, que foram responsáveis pela edição e pelo design gráfico desta publicação.

SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABRAE	Áreas Sob Regime de Administração Especial (Venezuela)
CEDAW	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CICA	Conselho Indígena da América Central
CLPI	Consentimento Livre, Prévio e Informado
COCOMASUR	Conselho Comunitário de Comunidades Negras da Bacia do Rio Tolo e da Zona Costeira Sul – COCOMASUR
CONAF	Corporação Nacional Florestal (Chile)
DRMI	Distrito Regional de Manejo Integrado (Colômbia)
ENAFOR	Empresa Nacional Florestal (Venezuela)
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAO-UE FLEGT	Programa da FAO e a União Europeia (UE) sobre a aplicação da lei, governança e comércio no setor florestal
FILAC	Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe
FIMI	Fórum Internacional das Mulheres Indígenas
FMW	Força de Mulheres Wayúu
FVC	Fundo Verde para o Clima
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Mundial
GEI	Gases de efeito estufa
IDEAM	Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (Colômbia)
INCODER	Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural
INCORA	Instituto Colombiano da Reforma Agrária
INDAP	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (Chile)
INDERT	Instituto Nacional para o Desenvolvimento Rural e da Terra (Paraguai)
INDI	Instituto Paraguaio do Indígen
INFONA	Instituto Florestal Nacional (Paraguai)
IPBES	Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade y Serviços Ecossistêmicos
MADES	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Paraguai)

MAG	Ministério de Agricultura e Pecuária (Paraguai)
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social (Paraguai)
MFS	Manejo Florestal Sustentável
MINEC	Ministério do Poder Popular para Ecossocialismo (Venezuela)
MINAMBIENTE	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia
ODEPA	Escritório de Estudos e Políticas Agrárias (Chile)
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU-REDD	Programa de colaboração das Nações Unidas para a Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação florestal nos países em desenvolvimento
PSA	Pagamentos por serviços ambientais
PFM	Produtos florestais madeiráveis
PFNM	Produtos florestais não madeireiros
PICC	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
REDD+	Redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal
REIFC	Rede de Especialistas Indígenas em Finanças do Clima
RFI	Reserva Florestal Imataca (Venezuela)
SICA-OSPESCA	Organização do Setor Pesqueiro e Aquícola do Istmo Centro-Americano
SIPAM	Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial
SIPAN	Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Nacional
SMByC	Sistema de Monitoramento de Florestas e Carbono
RRI	Iniciativa Direitos e Recursos
WRI	Instituto de Recursos Mundiais

Homem indígena Ixil, Nebaj, município no departamento de Quiché, Guatemala.

APRESENTAÇÃO

Os povos indígenas e os afrodescendentes são dois dos grupos rurais com maior potencial para contribuir com a mitigação das mudanças climáticas na América Latina.

Ambos os grupos estão altamente expostos a desastres naturais e impactos climáticos na agricultura e nos alimentos, mas seu conhecimento ancestral e práticas territoriais coletivas os tornam aliados importantes na mitigação das mudanças climáticas.

Juntos, os povos indígenas e os afrodescendentes que vivem em territórios rurais na América Latina podem representar quase metade (46%) da população rural. Por outro lado, estes coletivos ocupam uma vasta extensão dos territórios onde se concentra a maior riqueza natural do continente e suas

Crianças indígenas kuna de Púcuro brincando no rio, província de Darién, Panamá.

©FAO/Mauricio Mireles

práticas de manejo tradicional os posicionam como os melhores guardiões da biodiversidade.

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a inclusão social e a redução das desigualdades que afetam desproporcionalmente os povos indígenas e afrodescendentes na América Latina e no Caribe é fundamental para o seu mandato, especialmente no que diz respeito à luta pela erradicação da fome e a promoção do desenvolvimento rural, de acordo com o mandato da ONU de "não deixar ninguém para trás" como promessa central e transformadora da Agenda 2030 e dos ODS.

Em consonância com seu mandato de alcançar um mundo livre da fome e da desnutrição, e com base no maior respeito pelos direitos humanos universais, a FAO tem uma política para os Povos Indígenas e Tribais (FAO, 2011) para orientar suas atividades globais para e com os povos indígenas.

Este documento tem como objetivo destacar algumas das ações que a FAO, em estreita colaboração com os povos indígenas e afrodescendentes, vem desenvolvendo nos últimos cinco anos e que têm grande potencial de ampliação e replicabilidade para a recuperação transformadora e a mitigação das mudanças climáticas na região.

QUEM SÃO OS POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES NA ALC?

Na América Latina, um em cada quatro habitantes se identifica como indígena ou afrodescendente. O Estado Plurinacional da Bolívia, a Guatemala, o México e o Peru têm a maior população indígena e o Brasil a maior população afrodescendente (Angulo, Solano e Tamayo, 2018).

Os povos indígenas são definidos como grupos humanos descendentes de "populações que habitavam o país ou uma região geográfica à qual o país pertence na época da conquista, da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, independentemente de sua situação jurídica, mantêm todas ou parte de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Além disso, a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada

Mulher indígena kuna de Púcuro, província de Darién, Panamá.

como um critério fundamental para determinar os grupos" (Convenio 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais). Os afrodescendentes, por sua vez, correspondem a "todos os povos e pessoas de ascendência africana da diáspora africana no mundo. Na América Latina, o conceito se refere às diferentes culturas 'negras' ou 'afro-americanas' que surgiram dos descendentes de africanos, que sobreviveram ao tráfico de escravizados ou ao comércio de escravizados que ocorreu no Atlântico do século XVI ao XIX" (Antón, 2010).

Além de compartilhar origens, cultura e identidade, as pessoas de ascendência africana enfrentam problemas sociais cujas características centrais foram a escravização, a colonização, a discriminação e a exclusão. Isso foi reconhecido pela Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada pelas Nações Unidas em Durban, África do Sul, em 2001 (Nações Unidas, 2001, p. 14, parágrafo 34).

A experiência acumulada na região possibilitou a identificação de quatro dimensões para a operacionalização do conceito de "povos indígenas": autoidentidade, origem comum, territorialidade e universo linguístico-cultural (Schkolnik e Del Popolo, 2005). Para os afrodescendentes, por outro lado, a dimensão racial, em termos de características fenotípicas, tem sido a mais amplamente utilizada (Antón e Del Popolo, 2008).

As demandas dos afrodescendentes na América Latina também incluem o direito ao território, concebido como o local geográfico onde se estabeleceram ou foram localizados à força pelos europeus escravagistas coloniais. Esses territórios estão ligados à resistência e à proliferação de sua própria cultura e identidade. Entretanto, embora as normas internacionais reconheçam os direitos coletivos dos povos indígenas, esses princípios e direitos só se aplicam àqueles grupos de

Mulher indígena Nasa, Resguardo Indígena de San Lorenzo de Caldono, Departamento de Cauca, Caldono, Colômbia.

afrodescendentes reconhecidos como "tribais," assim como em alguns países tais como Brasil, Equador e Colômbia.I

Além da diversidade de situações observadas na América Latina, os Povos Indígenas e os Afrodescendentes têm em comum um contexto sociopolítico no qual a discriminação étnica e o racismo estrutural determinam sua situação de pobreza e exclusão social e política (Iturralde, 2001; Hopenhayn e Bello, 2001; Oyarce, 2010). A dinâmica histórica de exclusão e marginalização que afeta ambos os grupos foi exacerbada pela pandemia de COVID-19.

Artesão indígena Kichwa de Otavalo, cantão de Otavalo, Equador.

OS POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMÉRICA LATINA: TRÊS PONTOS A SEREM CONSIDERADOS

Três características fundamentais para entender a importância dos povos indígenas e afrodescendentes no contexto das mudanças climáticas são apresentadas a seguir:

1. sua densidade populacional nas áreas rurais da região;
2. a extensão e a riqueza biológica de seus territórios coletivos;
3. o conhecimento ancestral que favorece o gerenciamento sustentável dos recursos naturais.

1. Densidade populacional em zonas rurais

- De acordo com as estimativas de 2018, a América Latina e o Caribe abrigam cerca de 58,2 milhões de indígenas, aproximadamente metade dos quais vive em áreas rurais.
- A população indígena rural (30 milhões de habitantes) representa 24% da população rural total da América Latina (123 milhões).
- Os números do último Censo em cada um dos países latino-americanos e as estimativas para 2020 permitem estimar em 134 milhões o número de pessoas que se identificam com categorias relacionadas à afrodescendência, o que representa cerca de 20,9% da população total da região (CEPAL 2020).
- Estima-se que 27 milhões de afrodescendentes vivam em áreas rurais da região (Freire *et al.*, 2018).

- A soma da população rural indígena (30 milhões) e da população rural afrodescendente (27 milhões) poderia representar mais de 46% da população rural da América Latina (123 milhões).

2. A extensão e riqueza biológica de seus territórios coletivos

- Dos 2.011 milhões de hectares de terra na América Latina, os povos indígenas ocupam cerca de 20% (404 milhões de hectares) (Garnett *et al.*, 2018). Dessa área, os governos reconheceram direitos de posse coletiva a aproximadamente 277 milhões de hectares; aproximadamente dois terços.
- Mais de 80% da área ocupada pelos povos indígenas. (330 milhões de hectares) está em "áreas florestais" (Fa *et al.*, 2020) e, juntas, as áreas indígenas representam cerca de um terço da área florestal total na América Latina (Fa *et al.*, 2020; Walker *et al.*, 2020; Saatchi *et al.*, 2011).
- Os territórios indígenas são altamente sobrepostos às áreas protegidas (47%) (Garnett *et al.*, 2018).
- Na América Central, os territórios indígenas ocupam mais de 75% das zonas costeiras marinhas no Mar do Caribe e extensas áreas que fazem fronteira com as águas continentais e o Oceano Pacífico. Para muitos deles, a pesca é seu principal meio de vida.
- No total, **cerca de oito milhões de hectares de territórios coletivos afrodescendentes foram titulados nos últimos trinta anos,** incluindo cerca de cinco milhões na Colômbia, dois milhões no Brasil e um milhão no Equador, Honduras e Nicarágua, a maioria deles em áreas florestais (Rapoport Center, 2009; Herrera Arango, 2017; RRI, 2020). Há também áreas adicionais significativas a serem tituladas na Colômbia (fora do Chocó biogeográfico), no Equador e na costa norte de Honduras, aproximadamente quatro milhões de hectares.

Província de Darién, Panamá.

- Se toda a área dos territórios onde os povos indígenas e os povos tribais afrodescendentes realizam a governança florestal for somada, ela poderá abranger entre **320 e 380 milhões de hectares**, incluindo áreas formalmente reconhecidas pelos Estados e aquelas que ainda não foram reconhecidas.

3. Conhecimentos ancestrais que favorecem o gerenciamento sustentável de recursos naturais

- Diversos estudos demonstram que, nas regiões da América Latina onde os povos indígenas e afrodescendentes desfrutam de posse coletiva segura sobre seus territórios, eles geralmente são os melhores administradores do capital natural. Uma análise de 130 estudos locais em 14 países, realizada em conjunto pela Iniciativa de Direitos e Recursos (RRI) e pelo Instituto de Recursos Mundiais (WRI), constatou que as florestas gerenciadas pela comunidade sofrem menos desmatamento e acumulam mais carbono. Outro estudo internacional mostrou que as áreas

protegidas pelo Estado são desmatadas quatro vezes mais rápido do que as florestas comunitárias vizinhas (Oxfam, 2016).

- Dadas as crescentes evidências científicas, tanto o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) quanto a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) destacaram recentemente a importância de garantir os direitos territoriais coletivos dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais e de proteger seus conhecimentos indígenas e locais para enfrentar as mudanças climáticas e mitigar a perda de biodiversidade e agrobiodiversidade (IPCC, 2019).
- No entanto, até o momento, os povos indígenas e afrodescendentes continuam enfrentando inúmeros desafios no acesso direto a recursos financeiros para combater as mudanças climáticas e preservar a biodiversidade, e suas contribuições raramente são refletidas na elaboração de estratégias de mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas.
- Ao mesmo tempo, observa-se um fenômeno comum a todos os países da América Latina: o aumento dos conflitos relacionados ao controle e ao uso do território e dos recursos naturais. A expansão das exportações primárias na região implicou sérios impactos ambientais, reclassificações espaciais e a perda de direitos, interesses, territórios e recursos naturais dos povos indígenas. Experiências incipientes na Colômbia, Costa Rica e México com propriedade tribal e coletiva sugerem um potencial promissor para sua incorporação em sistemas de pagamentos por serviços ambientais (PSA), geralmente chamados de PES.

Esses três pontos destacam a necessidade de tornar visíveis e compensar as enormes contribuições dos povos indígenas e afrodescendentes para a conservação da biodiversidade e de trabalhar lado a lado com eles na geração de novas estratégias de mitigação das mudanças climáticas. Dessa forma, a FAO reconhece o caráter fundamental dede la biodiversidad natural, tanto terrestre como acuática. A continuación, se presentan diez experiencias de colaboración intercultural escalables seus

territórios e bens naturais, bem como o conhecimento associado à conservação e ao uso sustentável de sua biodiversidade natural, tanto terrestre quanto aquática. A seguir, apresentamos dez experiências de colaboração intercultural escaláveis que demonstram a importância de trabalhar lado a lado com homens, mulheres e jovens indígenas e afrodescendentes da região na busca de soluções práticas para obter sinergias entre o conhecimento ancestral e a inovação tecnológica.

Mãos de um líder agricultor afrodescendente.

DEZ EXPERIÊNCIAS DE COLABORAÇÃO INTERCULTURAL ESCALÁVEL

1. Monitoramento florestal e territorial na era digital: troca de conhecimentos entre os povos Ngabe-Bugle, Emberá e Mbya Guarani.

> "Nasci na floresta e sempre vivi em meu vilarejo remoto e isolado. Meu avô e meu pai me ensinaram sobre a floresta, as plantas, como protegê-las e cuidar delas. Cuidar da floresta é algo natural para mim. Assim como a floresta precisa de mim para protegê-la, eu preciso da floresta para viver. A combinação desse conhecimento ancestral com novas tecnologias me tornou um protetor mais forte de nossas florestas indígenas".
>
> **Rafael Valdespino**
> Líder indígena Emberá-Wounaan do Panamá.

Em novembro de 2019, Rafael Valdespino, da comunidade Marraganti na Comarca Emberá-Wounaan do Panamá, a equipe da FAO Paraguai e Panamá, bem como as outras organizações parceiras, visitaram quatro comunidades Mbya Guarani com o objetivo de encerrar um processo de dois anos no qual foi realizada a capacitação de jovens, líderes e membros da comunidade em governança responsável da posse da floresta e processos de monitoramento da comunidade.

Com uma população que abrange 170 comunidades, os Mbya Guarani do Paraguai são um grupo importante que preservou grande parte de sua cultura, instituições, modo de vida,

Cornelia Flores, líder da comunidade Isla Jovai Teju, Paraguai.

identidade, idiomas e visão de mundo no cenário em constante mudança do Paraguai.

Durante o intercâmbio entre técnicos indígenas do Panamá e técnicos indígenas do Paraguai, foram compartilhadas experiências sobre processos de treinamento e implementação de monitoramento florestal comunitário. O intercâmbio Sul-Sul conectou seus pares para aprender uns com os outros, discutir seu trabalho, abordar obstáculos e melhorar a eficácia de seu trabalho. O conhecimento experimental foi compartilhado entre os colegas em suas próprias palavras, criando um ambiente de aprendizado colaborativo e recíproco.

Nos últimos dois anos, as comunidades Mbya Guarani se beneficiaram de vários treinamentos que ajudaram os técnicos a monitorar seus territórios. Isso fortaleceu os sistemas de subsistência autônomos dessas comunidades. Ao mesmo tempo, a equipe técnica da FAO trabalhou com instituições parceiras e comunidades para desenvolver regras e procedimentos internos para gerenciar melhor

os recursos naturais com base nos planos de desenvolvimento da comunidade.

"Recebemos um excelente feedback da comunidade de Jovai Teju. Eles estão realmente comprometidos com o processo e dispostos a levar isso adiante. Trabalhamos com as comunidades por vários anos e, por meio de um processo participativo, foi desenvolvido um plano para o território. Esse plano analisa a melhor forma de combinar a proteção da floresta e a garantia da segurança alimentar para as comunidades", disse Petrona Fretes, chefe do Departamento de Apoio às Comunidades Indígenas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG).

A iniciativa contou com o apoio do Instituto Indígena Paraguaio (INDI), do Instituto Nacional de Florestas (INFONA), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG), Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADES), Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e Fundiário (INDERT), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e municípios.

Participantes da oficina realizada com a comunidade de San Juan, Caacguazú, Paraguai.

©ONU-REDD/Leti Galeano

Lançamento de drone por Rafael Valdespino, líder indígena Emberá-Wounaan do Panamá.

"Quero continuar a ajudar meu território, meu condado, a proteger nossas florestas e nosso meio ambiente de coisas como a pecuária extensiva. Quero apoiar a proteção florestal em uma escala maior e espero poder compartilhar meus conhecimentos e habilidades com outros jovens, para que eles possam expandir esse trabalho em seus territórios", disse Valdespino.

O monitoramento por drones pode gerar informações durante todo o ano, inclusive na estação das chuvas, pois é possível voar abaixo das nuvens. Os voos com drones também permitem o monitoramento de incêndios florestais, invasões de terras e monitoramento de colheitas, entre outros. Isso permite um melhor gerenciamento dos recursos naturais nos territórios indígenas. O treinamento para os representantes dos povos indígenas abrangeu o desenvolvimento de planos de voo, a montagem e a manobra de drones, a coleta de dados de campo, o processamento de imagens e a produção de mapas com imagens de alta resolução.

Fonte: FAO, 2016a; FAO, 2016b; Ruiz-Jaen, 2019.

2. A Força das Mulheres Wayúu (FMW) e o gerenciamento de riscos agroclimáticos em Guajira

> "Nossa fonte é um olho d'água, é gota a gota, um gotejamento que está muito seco".
>
> **Lider indígena Wayúu do Resguardo Zahino**

A província de La Guajira, na fronteira da Colômbia com a República Bolivariana da Venezuela, é uma região seca com paisagens desérticas. A aridez da terra e o aumento de eventos climáticos extremos, juntamente com outros desafios socioeconômicos, criaram condições adversas para o povo indígena Wayuú cultivar plantações e criar gado. Como resultado, muitas comunidades indígenas são altamente vulneráveis à insegurança alimentar.

No âmbito da articulação entre agências no Departamento de La Guajira, no norte da Colômbia, a Oxfam, em parceria com a FAO e a Força Feminina Wayúu (FMW), realizou uma avaliação rápida das necessidades em 22 comunidades étnicas Wayúu, em sua maioria rurais, afetadas por fluxos migratórios mistos. O exercício incorporou uma abordagem do tipo "não causar danos" (para minimizar a geração de expectativas e ansiedade em comunidades que geralmente são consultadas repetidamente por vários atores) e buscou visualizar ações integradas que pudessem promover respostas de maior impacto com base na complementaridade das organizações parceiras, especialmente em água e saneamento, promoção de higiene e segurança alimentar.

A Sutsuin Jiyeyu Wayúu (Força das Mulheres Wayúu) desempenha um papel importante na defesa e no diálogo com as comunidades para a elaboração e implementação da assistência humanitária. Esta organização foi criada no ano 2006 graças à aliança

de diferentes comunidades e associações do povo indígena Wayúu e tem o propósito de defender seus territórios visibilizando as violações aos direitos humanos, promovendo os direitos das mulheres e os direitos étnicos no Departamento de Guajira.

As informações coletadas durante a avaliação rápida mostram que 64% dos homens e mulheres consultados consideram que têm um problema grave na comunidade devido à escassez de água para consumo humano. A falta de acesso à água, embora tenha sido uma constante histórica na região, foi exacerbada nos últimos anos devido ao fato de que, entre 2014 e 2016, o fenômeno El Niño causou um déficit de chuvas de mais de 78%no setor, uma situação que continua a afetar o povo Wayúu.

Ao mesmo tempo, a escassez de alimentos relatada em 19 comunidades e a falta de recursos básicos mencionada em 10 comunidades mostram o impacto da crise migratória.

Mulheres Wayúu reunidas para análise em grupo de questões locais.

©FAO/Justine Texier

Em 73% das comunidades visitadas, as mulheres dos grupos focais declararam que eram responsáveis por buscar água sozinhas ou na companhia de crianças. Embora 64% das famílias em La Guajira tenham acesso à terra, os recursos hídricos são escassos e os pontos de água estão quebrados e sem manutenção. Metade da população está em condições de alta vulnerabilidade econômica, gastando mais de 65% de seus orçamentos em alimentos.

Com base nesse diagnóstico, bem como em outras fontes de informação, a equipe de Alerta Precoce e Ação da FAO, juntamente com o escritório da FAO na Colômbia, lançou vários projetos e programas para impulsionar a produção de alimentos e melhorar a gestão dos recursos hídricos vinculados às seguintes ações:

- Instalação de infraestrutura de abastecimento de água para consumo humano e abastecimento de água necessário para a produção agrícola.
- Recuperação e reabilitação de sistemas de produção agrícola multifamiliares ou comunitários, com foco no gerenciamento de riscos agroclimáticos.
- Aumento das capacidades técnicas familiares e comunitárias para o gerenciamento de riscos agroclimáticos e a geração de resiliência com base na produção agrícola no contexto de secas extremas e prolongadas.
- Implementação de mecanismos organizacionais para o gerenciamento comunitário de riscos relacionados à infraestrutura de abastecimento de água e aos sistemas hídricos.

A abordagem comunitária descrita aqui requer conhecimento especializado para garantir uma ação cuidadosa por parte de indivíduos e grupos, para gerar relações de confiança e empatia e para reconhecer tanto suas necessidades, seus interesses,

Mulheres Wayúu da comunidade de Guayabal, município de Uribia, La Guajira, Colômbia.

suas capacidades, narrativas e trajetórias, quanto suas projeções de vida e suas construções socioculturais particulares, especialmente no caso das comunidades indígenas. A incorporação da perspectiva dos direitos, do gênero, das diversidades, da ação sem danos e da abordagem psicossocial faz parte de um processo de preparação prévio ao desenvolvimento metodológico para a avaliação das necessidades, bem como para a implementação de projetos em qualquer comunidade indígena que tenha equipes interdisciplinares com perspectiva étnica, a fim de facilitar os processos baseados na construção coletiva do conhecimento.

Fonte: Oxfam, FAO e FMW, 2019.

3. Aliança de Pescadores Indígenas da América Central (APICA)

Os povos indígenas habitam e compartilham vínculos vitais com os ecossistemas aquáticos, que são uma parte essencial de seu patrimônio cultural, apoiam a soberania alimentar (o direito de acesso a alimentos saudáveis e culturalmente adequados) e, em muitos casos, são a principal fonte de renda econômica.

Na Mesoamérica, os povos indígenas ocupam mais de 75% das áreas marinhas costeiras do Mar do Caribe e extensas áreas que fazem fronteira com as águas continentais e o Oceano Pacífico, tendo a pesca como seu principal meio de subsistência. Vale mencionar que, na região, os territórios que eles habitam apresentam os mais altos indicadores de pobreza e desnutrição.

Fatores como a fraca gestão territorial, a industrialização, as mudanças climáticas, a ausência de vínculos políticos em um modelo consultivo "livre, prévio e informado", entre outros,

Pescador artesanal lança sua rede.

©FAO/Francisco Nieto

Agricultor familiar afrodescendente, província de Darien, Panamá.

estão ameaçando suas práticas culturais ancestrais, os ecossistemas de seus territórios e suas fontes de alimento, inclusive a pesca, deixando-os em uma situação de grande vulnerabilidade.

Como resultado do processo participativo e colaborativo entre o Conselho Indígena da América Central (CICA), o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), a FAO e a Organização do Setor de Pesca e Aquicultura do Istmo Centro-Americano (SICA-OSPESCA), foi criada em agosto de 2019 a **Aliança de Pescadores Indígenas da América Central**, com o objetivo de fortalecer os povos indígenas e promover suas práticas de pesca e a boa governança da pesca e dos recursos associados.

A aliança usa como ferramenta de orientação as **Diretrizes Voluntárias para Alcançar a Pesca Sustentável em Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza** (FAO, 2018a), um instrumento internacional que fornece princípios de consenso e orientação sobre como abordar questões de pesca em pequena escala.

Por meio da rede, composta por diversos atores, busca-se melhorar a adoção de políticas e programas adaptados às necessidades e culturas dos povos indígenas, bem como fortalecer a governança da pesca em pequena escala em territórios e comunidades indígenas na região da Mesoamérica e promover sua sustentabilidade.

Características das práticas de pesca indígenas na América Central

A autossubsistência como força motriz. A maioria das experiências gira em torno de uma economia de subsistência e favorece seus próprios padrões culturais de alimentação. No entanto, há práticas de pesca cujos produtos estão fortemente ligados ao mercado de exportação.

É de natureza artesanal. Essa é uma das principais características e determina os desafios socioeconômicos e culturais do acompanhamento e do fortalecimento.

Transmissão geracional. Há um fio condutor e reprodutor da cultura, uma vez que as formas de pesca foram transmitidas e continuam sendo transmitidas de uma geração para a outra de forma vivencial e ativa. Portanto, os esforços futuros devem respeitar e considerar o peso dessa prática para seu fortalecimento e desenvolvimento.

Relação com práticas culturais. As práticas de pesca não estão isoladas de suas práticas culturais; elas estão em harmonia e em estreita relação com o conjunto de práticas que cada comunidade e cada povo têm e praticam diariamente.

Mulheres mais participativas. As mulheres são reconhecidas por seu alto grau de participação no conjunto de atividades que compõem as práticas de pesca, incluindo um alto grau de domínio da atividade, com homens e mulheres se complementando em todas as atividades de pesca. No entanto, é sabido que, em alguns casos, o pagamento por seu trabalho é inferior ao dos homens e, em outros, sua participação é invisibilizada.

A importância dos sistemas locais de conhecimento e do conhecimento local. Destaca-se que, nas práticas identificadas, o conhecimento local e ancestral com seus próprios recursos de gestão do conhecimento são decisivos e marcam as ações e decisões.

Territorialidade. As práticas culturais são realizadas em uma esfera espacial, o próprio território ancestral. Há práticas ancestrais que ocorrem fora do território delimitado pelos Estados, mas são reconhecidas em sua ancestralidade. Há conflitos entre os povos indígenas e os governos sobre o uso dos recursos naturais e as regulamentações impostas por esses últimos; também há conflitos sobre a poluição e as mudanças na paisagem que afetam o acesso aos recursos pesqueiros e à qualidade de vida.

Regras próprias de pesca. Cada experiência relata como uma de suas características a existência de suas próprias regras de pesca, sendo que o mais valioso é o fato de que cada aldeia assume e tem o poder de decidir sobre as regras, incentivá-las e sancionar quando é necessário dentro de seus mecanismos de governabilidade.

Fonte: Brenes-Castillo e Pulgarín-Rodríguez, 2020.

4. O Conselho Comunitário da Bacia do Rio Yurumanguí em Buenaventura, Colômbia.

"A floresta para mim significa uma parte que nos dá vida, nos dá comida, nos dá dinheiro... a floresta nos dá todas essas coisas, sem a floresta não haveria nada".

Pascualino Caicedo

"Oh, quando as florestas acabaram aeee, oh mamãe, não choveu mais aeee... Oh, meu rio virou pedra aeee, não havia mais mato grosso aeee".

Fragmento da canção Yurumanguireña

"Portanto, se desmatarmos as florestas, o rio nunca mais será visto."

Efrén Cangá

A bacia do rio Yurumanguí é um espaço físico onde a natureza se manifesta em sua complexidade estética e produtiva, oferecendo generosamente diferentes tipos de ecossistemas e dinâmicas ecológicas que permitiram sua permanência ao longo do tempo e que hoje continuam a gerar as melhores condições de vida para uma comunidade que com ela se relaciona harmoniosamente, em um processo de evolução conjunta ao longo do tempo. A comunidade negra da bacia do rio Yurumanguí ocupa ancestralmente o território desde meados do século XVI, a partir da introdução de escravizados negros trazidos da África para desenvolver atividades de mineração na parte alta da bacia. Com o tempo, e com maior força após a abolição da escravatura, os escravizados começaram a localizar seus assentamentos ao longo do rio até formarem os doze povoados que existem hoje, distribuídos em três zonas territoriais.

O território ancestral do Conselho Comunitário da bacia do rio Yurumanguí tem caráter coletivo e é dirigido por um governo comunitário composto por um Conselho de

Administração, Comitês específicos e uma Equipe Temática. Por ter um título coletivo, reconhecido pela resolução número 1131 de 23 de maio de 2000, emitida pela gerência do Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA), de acordo com a Lei 70/93, há uma única propriedade que abrange 54776 ha das 63427 que compõem a bacia e que estão distribuídas em toda a extensão da bacia; bacia superior, média e inferior do rio Yurumanguí. Cerca de 3.800 pessoas vivem nesse território coletivo.

Desde 2018, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Minambiente), a FAO e o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM) vêm prestando assistência técnica a essa comunidade para formalizar o manejo florestal sustentável ou a silvicultura comunitária de suas florestas, de acordo com as regulamentações nacionais, e oferecendo espaços de treinamento para fortalecer suas capacidades técnicas e comunitárias para consolidar esse processo (Yepes *et al.*, 2020) e melhorar seus meios de subsistência a partir do reconhecimento dessa atividade

Piloto de silvicultura comunitária em Yurumanguí.

©FAO/Ana Reyes

tradicional que eles vêm realizando há vários anos e que resultou em uma conservação muito boa de suas florestas e em contribuições para a mitigação das mudanças climáticas (Cabrera et al., 2018).

O modelo de manejo florestal sustentável das comunidades de Yurumanguí contribui para a harmonização da cultura, da natureza e da comunidade com a bioeconomia (Viviescas et al., 2020), bem como para o resgate de tradições ancestrais com o componente técnico como valor agregado e o desenvolvimento territorial. Esse modelo tem ajudado a conservar as florestas, a diversidade que esses ecossistemas abrigam e a manutenção deles para as gerações futuras.

Em essência, o modelo de manejo florestal comunitário identificado em Yurumanguí baseia-se principalmente em: (i) a extração legal de 10 espécies de madeira autorizada pela autoridade ambiental regional (Corporação Autônoma Regional do Valle del Cauca) por meio de uma licença de extração que beneficia cerca de 44 famílias que vivem dessa atividade, incluindo cerca de 34 mulheres, 55 homens e 19 jovens entre 14 e 16 anos de idade, ii) a colheita de produtos florestais não madeireiros (PFNM) que poderia beneficiar diretamente 21 artesãos, em sua maioria adultos mais velhos (homens e mulheres) que tradicionalmente usam esses produtos para fazer artesanato e ferramentas para sua vida cotidiana, mas que poderiam ser comercializados com a criação de condições para esse fim (por exemplo, licença, estudo de mercado e pesquisa de mercado), iii) monitoramento comunitário, que está sendo realizado principalmente por jovens da comunidade, especialmente pelo Grupo Ecológico Los Laureles do povoado de San Antonio, formado por cerca de 60 crianças e jovens que, além de atividades de educação ambiental, estão comprometido a trabalhar com os "cortadores de madeira" para estabelecer viveiros de espécies nativas e recuperar áreas degradadas por terceiros em seus territórios, além de receber dos mais velhos, principalmente das mulheres, o conhecimento tradicional que não querem perder.

Membro da comunidade de Yurumanguí fazendo medições para o manejo florestal comunitário.

Durante os dois anos de trabalho efetivo entre a comunidade, o Minambiente, a FAO e o IDEAM, eles conseguiram fortalecer a governança florestal e o capital social. Por meio da integração entre cortadores, artesãos e grupos ecológicos, que antes realizavam suas atividades separadamente, o trabalho de todas as pessoas para conservar e gerenciar de forma sustentável as florestas e seus recursos foi reconhecido, mas, em especial, houve progresso no reconhecimento pelos homens da comunidade do importante papel desempenhado pelas mulheres e pelos jovens, que também fazem parte do manejo florestal comunitário que faz parte de sua boa vida. Elas também fortaleceram o relacionamento e o trabalho conjunto com a CVC e o Minambiente, que as treinaram nas regulamentações para a extração legal, no uso da Licença Única Nacional On-line (SUNL) e em outros procedimentos regulatórios necessários. Com o IDEAM, eles trabalharam para estabelecer as causas e os agentes do desmatamento e da degradação em seu território e, até o momento, as análises nacionais mostraram uma redução desses processos relacionados ao fortalecimento de sua governança

territorial. Finalmente, algo que parecia impossível se tornou realidade no ano passado: com o apoio dos programas ONU-REDD e FAO EU Flegt, o conselho comunitário de Yurumanguí negociou e vendeu um lote de madeira a um preço justo, sem intermediários e em plena quarentena da COVID-19, para uma empresa chamada Red Faisán, que fabrica instrumentos musicais. Embora ainda haja muito trabalho a ser feito para consolidar a sustentabilidade e a lucratividade do processo, o progresso de Yurumanguí é um exemplo de boa governança florestal e é um processo que pode ser replicado e ampliado por outras comunidades do país que desejam formalizar suas atividades e melhorar seus meios de subsistência por através do reconhecimento de seu papel como guardiões das florestas. No entanto, Yurumanguí, como muitas comunidades do Pacífico colombiano, enfrentam várias ameaças externas que colocam seu território em risco e os tornam vulneráveis até mesmo às mudanças climáticas (Suárez *et al.*, 2018) .

Mais informações:

Vídeo sobre silvicultura comunitária. FAO. 2019. Silvicultura comunitária, uma ferramenta para a consolidação das economias locais na Colômbia. Vídeo, disponível: https://www.youtube.com/watch?v=j2hFNl9nKdg&t=380s

Silvicultura comunitária. https://www.minambiente.gov.co/index.php/bosques-biodiversidad-y-servicios-ecosistematicos/gobernanza-forestal/foresteria-comunitaria

Intercâmbio de experiências de Manejo Florestal Comunitário na América Latina: progressos e desafios. https://www.youtube.com/ watch?v=defykB7yM5A&t=1070s

Modelo de manejo florestal comunitário em Yurumanguí. https://nacionesunidas.org.co/Publicaciones-FAO/Forester%C3%ADa-Comunitaria/Forester%C3%ADa Comunitaria Valle del Cauca.pdf

Filme "Mi Río Yurumanguí". https://www.youtube.com/watch?v=OI3ARXQrywk

5. Escolas de liderança para mulheres indígenas

As mulheres e meninas indígenas estão entre as mais vulneráveis dentro das comunidades indígenas, enfrentando uma tripla discriminação baseada em gênero, etnia e status socioeconômico[1].

No entanto as mulheres indígenas não são vulneráveis por natureza. A discriminação, a desigualdade e a falta sistemática de respeito aos seus direitos individuais e coletivos as colocam em situações de vulnerabilidade. Em especial, a falta de reconhecimento de seu direito à autodeterminação, de seu conhecimento e de sua conexão com a terra, os territórios e os recursos naturais faz com que as mulheres indígenas enfrentem outros desafios. No entanto, por centenas de anos, as mulheres indígenas têm desempenhado um papel fundamental na preservação dos meios de subsistência, das línguas, dos sistemas alimentares, da cosmogonia e do território dos povos indígenas.

Em 2015, a FAO e o Fórum Internacional de Mulheres Indígenas (FIMI) uniram forças para elaborar um programa de desenvolvimento, com base na metodologia do FIMI e com foco em reconhecimento das capacidades de liderança existentes das mulheres indígenas que, além de se concentrar na capacitação em questões de direitos das mulheres e dos povos indígenas, forneceria ferramentas e conhecimento técnico para mulheres indígenas líderes nas áreas de segurança alimentar, defesa política e governança de terras e recursos naturais, entre outros.

[1] De fato, o Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) destacou os altos níveis de pobreza, os baixos níveis de educação e analfabetismo, o acesso limitado à saúde, ao saneamento básico, ao crédito e ao emprego, a participação limitada na vida política e a prevalência da violência doméstica e sexual como alguns dos principais problemas enfrentados pelas mulheres indígenas.

Com essa abordagem, desde 2015, a FAO, em colaboração com a FIMI e outras organizações indígenas, implementou 12 edições do programa. Mais de 330 mulheres indígenas líderes participaram das edições regionais na África, Ásia e América Latina, e das edições nacionais realizadas no Paraguai, Panamá, El Salvador, Peru, Índia e Filipinas. Esse modelo é caracterizado pela colaboração de três entidades implementadoras: uma organização indígena, uma entidade governamental e a FAO.

Com base em uma agenda comum, cada edição da Escola de Liderança para Mulheres Indígenas é adaptada à realidade, ao contexto e às prioridades das mulheres indígenas daquela região ou país. Em geral, o programa é implementado por meio de um seminário presencial intensivo de duas semanas e uma terceira etapa que inclui a elaboração de planos de conscientização pelos participantes.

Participantes da Escola Global de Liderança de Mulheres Indígenas. Região da América do Sul. Treinamento de instrutores em direitos humanos, segurança alimentar e nutricional.

Em 2020, no âmbito da pandemia da COVID-19. A organização indígena SUNU, o Instituto Indígena Paraguaio (INDI) e a FAO adaptaram a metodologia das Escolas de Liderança de Mulheres Indígenas a um modelo totalmente virtual que permitiu que 25 mulheres líderes indígenas de diferentes povos indígenas do Paraguai participassem do curso de treinamento de 6 semanas, conectando-se a partir de suas comunidades. Essa metodologia, bem como o modelo das Escolas de Liderança de Mulheres Indígenas, foi adotada pelo INDI para dar continuidade à sua implementação.

"Quando falamos sobre mulheres e segurança alimentar, temos que perceber que as mulheres são vitais na produção de alimentos. Somos nós que produzimos e preparamos o que precisamos para alimentar nossas famílias. Estamos convencidas de que em nossas casas devemos comer nossa própria comida. Nós, povos indígenas, não somos pobres, pelo contrário, somos muito ricos porque temos a natureza e ela está viva", disse Judith Paucar, da província de Puno, no Peru.

Atualmente, a FAO está realizando uma consulta virtual on-line para reformular os módulos das escolas de liderança de mulheres indígenas, com base nas contribuições de diferentes organizações que representam os povos indígenas.

Fonte: FAO, 2017a, 2017b e s/f.

Quatro considerações importantes sobre as mulheres indígenas

- Elas enfrentam discriminação transversal que afeta todas as esferas da vida e exacerba as desigualdades.

- Em geral, elas têm níveis mais baixos de educação e alfabetização em comparação com os homens indígenas, o que resulta em pouco acesso à participação política e aos espaços de tomada de decisão.

- Elas são portadoras do conhecimento tradicional indígena, guardiãs das sementes e gestoras da conservação da biodiversidade.

- As mulheres indígenas são firmes em suas demandas por justiça social, equidade de gênero e respeito aos direitos e ao modo de vida dos povos indígenas.

Mulher indígena preparando tapioca em sua comunidade no Parque Nacional Natural La Paya, Putumayo, Colômbia.

Iniciativa “Cadeira Violeta” para as mulheres indígenas

Como parte da Campanha Global para o Empoderamento das Mulheres Indígenas, promovida pela FAO, o FIMI e a Agência de Notícias das Mulheres Indígenas e Afrodescendentes (NOTIMIA) desde 2018, a iniciativa "Cadeira Violeta" (#SillaVioleta) se estabeleceu como um ícone para a participação política das mulheres indígenas.

A “Cadeira Violeta” é um chamado às autoridades, aos formuladores de políticas, às organizações, à comunidade internacional, à academia e à sociedade civil para garantir a participação plena e efetiva das mulheres indígenas nos debates sobre políticas e nos processos de tomada de decisões que afetam a elas e suas comunidades.

Para torná-las visíveis, uma cadeira violeta é colocada em cada reunião para destacar que uma mulher indígena está participando ou –com muita frequência– para denunciar sua ausência quando a cadeira está vazia.

“Colocar uma cadeira violeta em uma reunião é um lembrete simples, mas eficaz, de que as mulheres indígenas devem ter um lugar nas mesas de negociação onde são discutidas as políticas que afetam as comunidades indígenas”, disse Marcela Villarreal, diretora da Divisão de Parceria e Colaboração da FAO na ONU.

O violeta se tornou uma cor simbólica para que as lutas das mulheres sejam ouvidas. Mais de 95 organizações em todo o mundo aderiram à campanha e centenas de mulheres indígenas adotaram e usaram seu emblema para exigir seu direito à participação política. Pinturas, tecidos ou artesanato indígena podem ser usados para criar uma cadeira violeta e apoiar a campanha.

Fonte: FAO, 2018b.

Campanha para mulheres indígenas, cadeira violeta na comunidade indígena Kuna de Púcuro, Província de Darién, Panamá.

©FAO/Mauricio Mireles

6. Governança territorial por meio do monitoramento comunitário: o caso do Conselho Comunitário de Comunidades Negras, COCOMASUR, Acandí - Colômbia

> "Fizemos o que ninguém mais estava fazendo na época, que era influenciar o técnico a se tornar simples e a comunidade a se elevar a um nível técnico. Por exemplo, agora escrevemos as coisas que fazemos... O fato de os cientistas virem e discutirmos diferentes estratégias para que a comunidade pudesse entender e equalizar o conhecimento foi uma inovação bastante forte.
>
> **Everildys Córdoba**
> Representante legal do Conselho Comunitário de Comunidades Negras da Bacia do Rio Tolo e da Zona Costeira Sul - COMASUR

O território coletivo e ancestral do COCOMASUR está localizadona bacia do Rio Tolo e na área costeira sul do município de Acandí, Departamento de Chocó. Esse conselho comunitário de comunidades negras é formado por 480 famílias, aproximadamente 2.173 pessoas, que receberam o título de sua propriedade coletiva do INE (Instituto Nacional de Reforma Agrária).

A propriedade coletiva foi registrada pelo INCODER em 2005. Eles estão organizados em 9 conselhos locais e cada um elege seu conselho de administração local, que representa suas comunidades na Assembleia Geral. Esta, por sua vez, elege, para fins de administração territorial, a Diretoria do Conselho Maior, da qual o presidente é o representante legal que preside (Córdoba *et al.*, 2018).

Desde 2005, por meio de sua estrutura organizacional, os líderes do COCOMASUR vêm tomando decisões importantes para atingir o objetivo proposto para o território titulado e, ao mesmo

tempo, garantir a subsistência e a permanência das famílias. Isso envolveu esforços comunitários, comprometimento e dedicação de homens e mulheres que viram na titulação coletiva a oportunidade de trabalhar para reintegrar à comunidade; conseguindo, por decisão própria e pelo trabalho voluntário de seus membros, declarar uma área para conservar e proteger as florestas, a biodiversidade e a comunidade dentro do território coletivo. Isso envolveu a definição de compromissos para continuar fortalecendo as bases comunitárias, implementando processos administrativos, inventariando e monitorando os recursos naturais de nosso território (Córdoba *et al.*, 2018).

Para monitorar os recursos naturais de forma comunitária, é necessário percorrer o território, conscientizar a comunidade, informar as autoridades competentes, aprender a coletar e sistematizar informações, mas, acima de tudo, apropriar-se do território e do que há nele para cuidar dele com amor. Esse exercício de vigilância e controle para o monitoramento dos recursos naturais é o que tenta melhorar a cada ano o Conselho

Retornando do trabalho de monitoramento florestal comunitário em Acandí, Chocó.

©UN-REDD/Joel Gómez

Comunitário de Comunidades Negras da Bacia do Rio Tolo e da Zona Costeira Sul – COCOMASUR – no município de Acandí - Chocó, com o apoio das instituições e os aliados que conseguimos envolver em nosso trabalho para o resgate da identidade cultural e a gestão ordenada do território (Córdoba *et al.*, 2018).

Antes da chegada do projeto "Corredor de Conservação Chocó-Darién" em 2010, o primeiro a vender créditos de carbono no mercado voluntário no âmbito do REDD+, as pessoas do conselho comunitário entendiam o monitoramento como "uma forma de ver ou observar algo" porque não conheciam as metodologias nem a importância de registrar ou sistematizar o que estavam vendo ou observando. *"Depois de vários anos (6) trabalhando para tentar tecnificar o conhecimento comunitário e tornar a técnica simples e comunitária, entendemos que, com essa forma de monitoramento ou observação, poderíamos detectar as ameaças de exploração madeireira, relatar casos de exploração madeireira fazer o acompanhamento, criar bancos de dados e, acima de tudo, conhecer e valorizar os recursos naturais que temos no território".* Após a criação do "Corredor de Conservação Chocó-Darién", mais duas áreas foram declaradas no Território Coletivo e Ancestral do COCOMASUR: Uma de caráter regional, o Distrito Regional de Manejo Integrado (DRMI), La Playona e Loma de la Caleta, e outra de caráter nacional, o Santuário de Fauna Acandí Playón e Playona (SFAPP); em todos os processos de declaração, a comunidade fez uso do direito de consulta prévia, participando ativamente da tomada de decisão, o que fortaleceu o compromisso de conservar, proteger e monitorar os objetivos de conservação em cada área.

Desde 2018, no âmbito do programa nacional ONU-REDD Colômbia, o COCOMASUR tem trabalhado em conjunto com o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM) e a FAO no monitoramento comunitário e sua articulação com o Sistema de Monitoramento de Florestas e Carbono (SMByC) do IDEAM. Isso foi feito por meio de intercâmbios nos quais o COCOMASUR compartilhou e treinou

Mulheres do COCOMASUR compartilham experiências sobre o REDD+ na reunião de líderes afro no Pacífico colombiano.

outros conselhos comunitários no Pacífico colombiano sobre seu processo (Yepes *et al.*, 2018a). Além disso, sistematizou seus processos de monitoramento em um livreto, para servir de base para outras comunidades (Córdoba *et al.*, 2018); foram líderes na revisão e nas contribuições para a Proposta de diretrizes para o monitoramento comunitário participativo na Colômbia e sua articulação com o Sistema Nacional de Monitoramento Florestal (Yepes *et al.*, 2018b) e promoveram a formação da mesa técnica sobre monitoramento comunitário atualmente liderada pelo IDEAM, que envolve mais de 20 comunidades no país dedicadas ao monitoramento comunitário como um mecanismo de governança territorial, uso, gestão e conservação de florestas naturais no país. Como uma das primeiras comunidades a validar os dados gerados pelo IDEAM sobre o desmatamento em nível nacional, o COCOMASUR usou o mapeamento nacional para realizar seu monitoramento local e economizar nos custos incorridos no âmbito do Projeto REDD+ Chocó-Darién (Yepes *et al.*, 2018a). Atualmente, o COCOMASUR também faz parte do programa de Florestas Comunitárias do

Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Minambiente), que recebe assistência direta da FAO, por meio do qual busca melhorar as condições de seus cortadores e evitar que terceiros esgotem suas florestas com a extração ilegal de madeira e a criação extensiva de gado ameaçando seu território (Suárez *et al.*, 2018).

Mais informações:

Colectivo Ancestral COCOMASUR. https://www.cocomasur.org/

Enhancing forest monitoring in local communities. Voices from Colombia: COCOMASUR. https://www.youtube.com/watch?v=80-wdZvnSjk&t=195s

Proposta de diretrizes para o monitoramento comunitário participativo na Colômbia e sua articulação com o Sistema Nacional de Monitoramento Florestal. http://www.fao.org/3/I9584ES/i9584es.pdf

7. O povo Huilliche e os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM)

O programa Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM), baseia-se no fato de que, ao longo da história, os seres humanos, inclusive os povos indígenas, garantiram sua própria sobrevivência domesticando plantas e animais e moldando ambientes adversos. Gerações de povos indígenas desenvolveram e transmitiram sistemas capazes de superar condições climáticas adversas, o isolamento geográfico e político e a escassez de bens materiais, como recursos naturais ou subsídios governamentais. O programa SIPAM tem o objetivo de reconhecer locais de patrimônio agrícola de importância global.

Em última análise, ele busca contribuir para a preservação de sistemas agrícolas locais (inclusive indígenas) e suas paisagens, biodiversidade e sistemas culturais e de conhecimento associados.

Cecilia Guineo Colguen, chilota huilliche, guardiã ancestral de sementes, mostra as batatas que cultiva (Chiloé, Chile).

Produtora huilliche de batatas em Chiloé, Chile.

Um dos locais piloto mais importantes do SIPAM é a ilha de Chiloé, na região dos lagos do Chile. Chiloé é uma reserva de biodiversidade extraordinária, cujas florestas tropicais temperadas abrigam uma grande variedade de espécies de plantas e animais ameaçadas de extinção. Esses recursos fornecem à população local alimentos, medicamentos, corantes e outros elementos necessários para seu bem-estar físico e cultural. O povo indígena huilliche que vive na área ainda cultiva cerca de 200 variedades de batatas nativas, seguindo práticas ancestrais transmitidas oralmente por gerações de agricultores, em sua maioria mulheres. No entanto, seus meios de subsistência estão ameaçados pela marginalização persistente, pela falta de títulos de terra e pela degradação ambiental causada por concessões florestais, poluição da água e desenvolvimento do turismo sem controle. Novas atividades geradoras de renda, como a criação intensiva de peixes nos lagos e no mar interior da ilha, estão levando a uma saída significativa de mão de obra masculina e feminina do setor agrícola, com o consequente abandono das práticas agrícolas tradicionais.

Essas mudanças prejudicam as atividades de conservação da biodiversidade, que são benéficas não apenas para os chilotes, mas também para a diversidade genética global. O programa SIPAM apoia a elaboração de políticas para a conservação de recursos, o estabelecimento de instituições capazes de manter práticas sustentáveis e campanhas de conscientização em nível local e nacional.

Desde a designação do SIPAM, os produtos locais receberam um selo de certificação para garantir a agregação de valor no mercado. Atualmente, 30 produtores indígenas receberam a certificação para o turismo gastronômico. Por sua vez, mais de 20 receitas de alimentos tradicionais foram recuperadas.

Rede de Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Nacional (SIPAN)

Outra iniciativa lançada no Chile em 2018 é a Rede de Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Nacional (SIPAN), um projeto conjunto entre o Ministério da Agricultura do Chile e a FAO, com o objetivo de proteger a agrobiodiversidade e os valores culturais do país. Esse projeto incorpora diretamente territórios e terras indígenas no norte e no sul do Chile.

A Rede de Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Nacional foi criada a partir de um trabalho intersetorial liderado pelo Ministério da Agricultura, por meio do Escritório de Estudos e Políticas Agrícolas (ODEPA), do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP) e com o apoio técnico da FAO. A Rede é cofinanciada pelo Fundo Global para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e pela Corporação Nacional Florestal (CONAF).

O objetivo do projeto é a conservação e o uso sustentável de espécies agrícolas para a segurança alimentar e a adaptação às mudanças climáticas, bem como o reconhecimento de práticas e conhecimentos mantidos por agricultores familiares, povos indígenas e comunidades locais para o gerenciamento sustentável dos recursos naturais.

Vida selvagem e culturas tradicionais de árvores frutíferas, vegetais e plantas medicinais, como quinoa, pimenta, abóbora, feijão, bem como práticas ancestrais, como a irrigação por inundação em terraços, técnicas de conservação e multiplicação participativa de sementes, estão a caminho de se tornarem elementos de conservação e proteção. A fase inicial do projeto abrange doze municípios do território nacional, nas regiões de Arica e Parinacota, Tarapacá, Antofagasta, Biobío e a Araucanía.

8. Capacitação para acesso ao financiamento climático

O governo da Nicarágua, a FILAC e a FAO formaram uma aliança que busca fortalecer o papel dos povos indígenas da região da América Latina e do Caribe nos diversos esquemas de financiamento climático.

Isso contribui para os compromissos da 107ª Assembleia Geral da ONU, que adotou a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (artigos 39 e 41), para garantir o direito dos povos indígenas de acessar assistência financeira para enfrentar as mudanças climáticas.

Em março de 2018, a Política para os Povos Indígenas do Fundo Verde para o Clima (FVC) foi adotada pelo seu Conselho de Administração.

Agricultores familiares afrodescendentes, província de Darién, Panamá.

©FAO/Mauricio Mireles

Isso representa um marco para o papel dos povos indígenas nos diferentes estágios do ciclo de projetos do FVC. O objetivo geral da política é fornecer uma estrutura para garantir que as atividades do FVC sejam desenvolvidas e implementadas de modo a incentivar o pleno respeito, a promoção e a proteção dos povos indígenas para que:

i. se beneficiem das atividades e projetos do FVC de uma maneira culturalmente apropriada; e

ii. não sejam prejudicados ou afetados adversamente pelo projeto e implementação das atividades financiadas pelo FVC.

Nesse contexto, foi iniciado o processo de formação da Rede de Especialistas Indígenas em Finanças Climáticas, uma rede de líderes indígenas da América Latina e do Caribe. No médio prazo, espera-se que essa rede contribua para a participação dos povos indígenas e das comunidades locais, não apenas no financiamento multilateral do clima, mas também bilateralmente, para garantir processos transparentes, responsáveis, participativos, eficazes e inclusivos relacionados ao planejamento e à alocação de fundos nacionais o clima. para o clima.

Como resultado da parceria e de um Curso de Treinamento para Especialistas Indígenas em Mudanças Climáticas e Finanças Climáticas (REIFC), foi criada em 2 de novembro de 2018, em El Salvador, a primeira Rede de Especialistas Indígenas em Finanças Climáticas, um órgão técnico vinculado à FILAC, no âmbito do Plano de Ação Ibero-Americano para a Implementação dos Direitos dos Povos Indígenas. A Rede foi fundada por 17 especialistas indígenas da Argentina, Belize, Estado Plurinacional da Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Nicarágua, Suriname e Uruguai, e está aberta à incorporação de novos membros com o apoio das autoridades indígenas nacionais.

Trilha na floresta, Província de Napo, Equador.

De acordo com os princípios e compromissos assinados pelos membros, o objetivo desse órgão é gerenciar, incidir e dar seguimento aos fluxos financeiros que são gerados na região da América Latina e o Caribe, para adaptação e mitigação dos efeitos da mudança climática nos territórios indígenas. Além disso, a Rede de Especialistas Indígenas tem o objetivo de prestar consultoria a organizações indígenas para uma melhor integração na arquitetura do financiamento climático.

Conclui-se que o futuro dos fundos climáticos dependerá de uma melhor cooperação e coordenação de vários atores: povos indígenas, comunidades locais e sociedade civil, governos, bancos multilaterais de desenvolvimento e o setor privado.

Fonte: FILAC, 2018; FAO, 2019b.

9. O povo Kari'ña e o manejo florestal sustentável em Imataca

A Reserva Florestal de Imataca (RFI), localizada no sudeste da República Bolivariana da Venezuela, é uma das mais importantes áreas sob administração especial (ABRAE) desse país, com grande riqueza natural e cultural. Ela abrange uma extensa área de ecossistemas florestais de 3.821.900 hectares, com alto nível de biodiversidade e endemismo. Esse território é habitado pelo povo indígena Kari'ña, que, de acordo com vários relatos antropológicos, é descendente dos indígenas conhecidos como os "Caribes", durante o início da época colonial[2]. O número exato de índios Kari'ña que vivem na Reserva Florestal de Imataca (RFI) é difícil de determinar, mas estima-se que seja entre 5.000 e 6.000 pessoas.

Nesse território, o Manejo Florestal Sustentável (MFS) é promovido, implementado e avaliado por meio da Empresa Nacional de Florestas (ENAFOR), como um método que garante a produção de diversos bens e serviços dos ecossistemas florestais de forma perpétua e otimizada, sempre conservando os valores desses ecossistemas. O MFS é concebido como uma estratégia de gestão de recursos naturais, na qual as atividades florestais são consideradas no contexto das interações ecológicas, econômicas, sociais e culturais dentro de uma área ou região definida, a curto e longo prazo.

Por meio de um acordo de colaboração entre o Ministério do Poder Popular para o Ecossocialismo (MINEC) e a FAO, destaca-se o enorme compromisso e solidariedade do povo Kari'ña

[2] Atualmente, o termo caribe é usado principalmente como uma classificação linguística para os chamados idiomas caribes (na República Bolivariana da Venezuela, além do Kari'ña, são falados o Pemón, o Ye'kuana e o Yukpa). Além disso, vários estudos comparativos de grupos caribes foram realizados para investigar semelhanças e diferenças nos padrões de assentamento, as estratégias econômicas e visões de mundo, entre outros (Basso 1977; Butt Colson 1971; Halbmayer 2010; Rivière 1984; Whitehead & Alemán 2009).

Mulher kari'ña preparando tapioca na comunidade El Cafetal.

em relação à alocação direta de uma concessão florestal, o que significa a incorporação da cogestão como política pública e como estratégia de governança aplicada ao manejo florestal sustentável nas florestas habitadas pelos povos indígenas do país. Nesse contexto, o Ministério do Ecossocialismo assumiu um compromisso público com os representantes do povo Kari'ña, de assinar e entregar o contrato de concessão da Unidade de Manejo Florestal conhecida como C-3 (Imataca Centro Nº3).

Esse trabalho foi realizado graças ao acompanhamento permanente do projeto Manejo Florestal Sustentável e Conservação Florestal a partir de uma Perspectiva Ecossocial – (GCP/VEN/011/GFF), que desde o início, e de acordo com o princípio do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), trabalhou com o povo Kari'ña em processos de orientação, difusão de informações, treinamento e desenvolvimento de capacidades. Em todos os componentes do projeto o trabalho

Mulher Kari'ña no viveiro de Botanamo.

foi realizado com a participação permanente das comunidades Kari'ña que vivem na RFI, expressa no treinamento para o cogerenciamento florestal e no treinamento para aprender fazendo, especialmente nas seguintes atividades: estabelecimento e avaliação de parcelas "Rainfor" para estimar o estoque e o fluxo de gases de efeito estufa (GEE), levantamento de parcelas de uso múltiplo, estabelecimento de viveiros comunitários, melhorias de conuco por meio de sistemas agroflorestais, treinamento técnico na operação de equipamentos para coleta de dados de campo, como bússolas, clisímetros, fitas, medição florestal (cubagem por meio da aplicação da fórmula de Smalian), bem como a aplicação de ferramentas participativas para a troca de conhecimento tradicional.

Como estratégia de governança e conservação dos recursos florestais, essa iniciativa alcançou um nível mais alto de comprometimento, incorporando os Kari'ña como protagonistas e corresponsáveis pela administração e pelo gerenciamento de seus próprios recursos florestais. Dessa forma, suas áreas de caça serão salvaguardadas por eles, a água da qual depende sua subsistência será salvaguardada e protegida por eles, e os produtos florestais madeiráveis (PFM) serão colhidos de forma sustentável, justa e equitativa. Destaca-se que os planos de manejo florestal operativo (PMFO), bem como os aspectos a serem desenvolvidos na cogestão e na comercialização de PFM e PFNM com o Povo Kari'ña foram incluídos no planejamento do projeto para serem acompanhados por eles durante seu desenvolvimento e até sua conclusão em dezembro de 2021.

10. Mulheres negras e florestas: integração de gênero na silvicultura comunitária

> "Nós, por termos nascido e crescido no território, conhecemos o papel que as mulheres desempenham na conservação da floresta, como parte integrante do território. Sabemos que sem o conhecimento ancestral e as práticas culturais que vivemos e transmitimos de geração em geração, não seria possível falar de florestas hoje, porque elas simplesmente não existiriam".
>
> **Plataforma de Mulheres Negras, durante o Workshop Nacional do Programa ONU-REDD, em 2017.**

Os sistemas florestais e agroflorestais não são neutros em termos de gênero. Tem sido amplamente documentado como as mulheres, em comparação com os homens, estão frequentemente em desvantagem, por uma série de razões culturais, socioeconômicas e institucionais inter-relacionadas, em termos de acesso e controle sobre os recursos florestais e a disponibilidade de oportunidades econômicas (FAO, 2013). As lacunas de gênero não existem apenas em termos de acesso das mulheres a recursos e possibilidades de crescimento, mas também afetam seu bem-estar e o de suas famílias, especialmente em termos de segurança alimentar (FAO, 2017; Camacho *et al.*, 2018).

Homens e mulheres também se relacionam de forma diferente com a floresta em aspectos como acesso, controle, conhecimento, formas de manejo e administração. Em geral, as mulheres têm sido associadas a um papel importante no uso e no manejo das florestas, na agroecologia, na segurança alimentar, na defesa de territórios comuns, na transmissão de conhecimento, na saúde (plantas medicinais), na confecção de artesanato e em certos conhecimentos específicos. Por outro lado, os homens estão frequentemente envolvidos

Jovem indígena Kuna de Púcuro, província de Darién, Panamá.

como pequenos empresários ou empregados em atividades extrativistas que geram recursos econômicos diretos, como a extração de madeira, a criação de gado e o cultivo em larga escala, que, em alguns casos, são precursores do desmatamento e da degradação. (Camacho *et al.*, 2018).

O processo de assistência técnica para a implementação do manejo florestal comunitário na Colômbia (Yepes *et al.*, 2020) vem sendo implementado desde 2018 em oito departamentos do país: Antioquia, Bolívar, Cauca, Chocó, Huila, Putumayo, Tolima e Valle del Cauca, nos quais o trabalho é realizado com comunidades camponesas (4), indígenas (2) e afro-colombianas (2). Essas comunidades são tradicionalmente caracterizadas pelo uso de florestas naturais para o sustento econômico de suas famílias e por terem uma alta taxa do índice de necessidades básicas insatisfeitas (NBI), pouca presença do Estado e falta de políticas para a gestão da singularidade dos territórios e do isolamento. Isso evidencia uma governança e uma governabilidade fracas, o que torna as florestas naturais vulneráveis à mineração ilegal, aos cultivos ilícitos, ao mercado imobiliário de terras e ao mercado ilegal de madeira.

Esse panorama foi diagnosticado durante a fase inicial da assistência técnica prestada pela FAO para a implementação do modelo de silvicultura comunitária na Colômbia, na qual as mulheres não estavam alheias a esse tipo de realidade. Algumas das ferramentas utilizadas para a integração da abordagem de gênero são aquelas promovidas pelo programa nacional ONU-REDD, pelo governo colombiano e pela FAO em várias áreas de trabalho, o que levou a resultados interessantes e impactantes em nível comunitário.

Durante a avaliação, a participação das mulheres na tomada de decisões sobre o uso e o manejo florestal foi mínima e quase não houve comparecimento às reuniões comunitárias relacionadas ao componente florestal, especialmente nos territórios em que as comunidades indígenas e afro-colombianas estão envolvidas. Especificamente, os homens não consideraram que o trabalho

Líder indígena do povo Bribri, Associação de Mulheres Indígenas de Talamanca (ACOMUITA), Cantão de Talamanca, província de Limón, Costa Rica

das mulheres relacionado aos cuidados com a casa, à criação dos filhos, aos cuidados com os animais e à implementação de hortas domésticas como uma contribuição econômica.

Também houve pouco reconhecimento do trabalho das mulheres com produtos florestais não madeireiros adquiridos a partir de conhecimentos ancestrais e tradicionais, como artesanato e plantas medicinais. Essas situações foram causadas nos territórios pela escassez de experiências de empoderamento comunitário para promover a participação das mulheres nos processos sociais e econômicos, gerando uma divisão entre homens e mulheres em relação à diversificação do conhecimento tradicional da floresta, à dependência econômica das famílias em relação ao chefe de família do sexo masculino, ao desconhecimento das habilidades da população e à contribuição das mulheres para o capital social de uma comunidade.

No início do processo, havia uma minoria de mulheres, com aproximadamente 15% de representação e como agregado dos núcleos de manejo florestal comunitário. Hoje, a presença de mulheres aumentou para 40%, com tendência de crescimento. Após a sistematização dos resultados obtidos com sua aplicação, foi possível constatar que, para os processos florestais comunitários, o propósito de incluir a abordagem de gênero significou alcançar o diálogo entre homens e mulheres, onde as habilidades de cada gênero socialmente construídas e aceitas são reconhecidas e integradas, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade no manejo florestal.

Entre os principais resultados gerados, também é possível destacar a partir da linha de base social discriminada por gênero, a identificação das necessidades e dos pontos fortes de cada gênero para o processo de silvicultura comunitária; a participação efetiva das mulheres nos órgãos locais de tomada de decisão em alguns dos núcleos assistidos; a tomada de decisões comunitárias com perspectiva de gênero e acordo sobre as tarefas a serem realizadas; a documentação das histórias de

vida; o resgate do conhecimento tradicional e sua transferência aos jovens e também, obter o reconhecimento coletivo do papel diferenciado que ambos os gêneros têm e tiveram na proteção das florestas e dos recursos naturais, o que é necessário para dar sustentabilidade ao compromisso com a geração de empreendimentos florestais comunitários.

Especificamente, foram obtidas experiências significativas que permitem fechar as lacunas em termos de divisão de homens e mulheres em nível social, tais como:

- Participação das mulheres na tomada de decisões sobre o uso e o manejo da floresta.
- Empoderamento das mulheres para fortalecer o conhecimento ancestral com produtos não madeireiros e para transferir conhecimento por meio de intercâmbios comunitários.
- Inclusão da liderança feminina nos núcleos de manejo florestal comunitário.
- Processos participativos e inclusivos que promovam a equidade de gênero não apenas em relação ao componente florestal, mas também em termos econômicos, comunitários, culturais e sociais.
- Processos de diálogo e consulta para fortalecer o capital social de cada comunidade com base nas habilidades e no potencial de homens e mulhere.

Esses resultados estão sendo documentados especificamente para cada um dos núcleos de trabalho, em alguns casos com publicações já disponíveis (Viviescas *et al.*, 2020), e as experiências também foram compartilhadas em conversas nacionais promovidas pelo Minambiente com os diferentes parceiros que acompanham exercícios semelhantes em outras áreas do país.

Artesã da comunidade de San Antonio, Yurumanguí, Colômbia.

CONCLUSÕES

Este documento destacou dez experiências de colaboração intercultural entre os povos indígenas e afrodescendentes na América Latina e no Caribe e a FAO, que evidenciaram o grande potencial e a riqueza de trabalhar lado a lado com povos indígenas e afrodescendentes na busca de soluções interculturais, escaláveis e sustentáveis que possibilitem uma ação climática eficaz.

Essa colaboração foi acompanhada de processos de diálogo e consulta, em coerência com os princípios básicos que hoje regulam as ações dos povos indígenas e afrodescendentes no direito internacional. Em particular, os princípios do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) e, em geral, as normas estabelecidas na Convenção 169 da OIT, que postulam, como princípio fundamental, o direito à consulta e a necessidade de incorporar o conhecimento e as práticas indígenas em todas as ações do Estado e das agências que afetam suas terras e territórios, seus recursos, bem como seu conhecimento, cultura e identidade.

A FAO reconhece que o diálogo com os povos indígenas e afrodescendentes, seja por meio de suas organizações locais, regionais ou setoriais, é essencial e fundamental para entender o diagnóstico que os próprios povos têm das mudanças climáticas, bem como para identificar suas necessidades e demandas a fim de avançar nas estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas.

Nesse sentido, a FAO tem procurado estabelecer mecanismos para fortalecer as organizações, de modo que as comunidades indígenas e afrodescendentes possam estabelecer uma melhor interação com os atores locais, as agências e os diferentes níveis de governo. Nesse trabalho coordenado, também é

Colégio Acadêmico Indígena de Sepecue, no Cantão de Talamanca, província de Limón, Costa Rica.

Mulher indígena Bri-bri, no Cantão de Talamanca, província de Limón, Costa Rica.

central o papel das mulheres e dos jovens, que são atores muito importantes para a FAO e com os quais ela vem trabalhando há anos com propostas diferenciadas.

Com base nas evidências das experiências mencionadas acima, pode-se concluir que, para o desenvolvimento dos povos e para uma ação climática eficaz, é necessário:

- Colaborar lado a lado com os povos indígenas e afrodescendentes, promovendo o respeito aos seus direitos fundamentais, o reconhecimento e a valorização de suas práticas e conhecimentos ancestrais e suas contribuições para os ODS.
- Reconhecer e valorizar o papel e a contribuição das mulheres indígenas e afrodescendentes, a fim de aprimorar o trabalho produtivo e organizacional e fortalecer a liderança.
- Definir estratégias de capacitação com base nas prioridades expressas pelos jovens indígenas e afrodescendentes.

- Promover el reconocimiento de los derechos colectivos al territorio, la tierra y el manejo sostenible de los bienes naturales.
- Promover o reconhecimento dos direitos coletivos ao território, à terra e ao gerenciamento sustentável dos recursos naturais.
- Promover a governança florestal com os Povos Indígenas e afrodescendentes, apoiando estratégias de monitoramento florestal comunitário e promovendo o projeto e a implementação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais.
- Promover o projeto e a implementação de políticas de desenvolvimento rural culturalmente relevantes.
- Promover a elaboração e a implementação de políticas específicas de desenvolvimento rural para e com os povos indígenas e afrodescendentes.

Nesse sentido, o que ficou evidente é que, para o sucesso das estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a participação ativa dos povos indígenas e afrodescendentes e de suas organizações é fundamental.

Pescador indígena, Cantão de Talamanca, província de Limón, Costa Rica.

BIBLIOGRAFIA

A/CONF.189/12. 2001. Informe de la Conferencia Mundial contra el Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Formas Conexas de Intolerancia. Disponível em: https://undocs.org/es/A/CONF.189/12

Angulo,R., Solano, A.,& Tamayo, Ana. 2018. La pobreza rural en América Latina: qué dicen los indicadores sobre la población indígena afrodescendiente de la región /Roberto Angulo, Angélica Solano, Ana Tamayo. Lima, IEP; Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, FAO, m 2018. (Documento de Trabajo 246. Estudios sobre Desarrollo, 24) Disponível em: https://repositorio.iep.org.pe/handle/IEP/1135.

Antón, J., Bello, A., Del Popolo, F., Paixao, M., & Rangel, M. 2009. Afrodescendientes en América Latina y el Caribe: del reconocimiento estadístico a la realización de derechos, (LC/L.3045-P), Nº de venta: S.09.II.G.47 (Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7227/1/S0900315_es.pdf)

Bello,A. & Rangel, M. 2004. La equidad y la exclusión de los pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina y el Caribe. CEPAL. Santiago, 2004. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/10800

Brenes-Castillo, C. E y Pulgarín-Rodríguez, C. E. 2020. Guía para fortalecer la gobernanza de la pesca indígena en los territorios indígenas de Centroamérica. Panamá, FAO. Disponível em: https://doi.org/10.4060/ca9294es

Cabrera, E., González, J.J. Yepes, A. & García,P. 2018. Los Territorios de las Comunidades negras de la región del Pacífico y sus bosques. En: García *et al.* (Eds). Perspectiva del pueblo negro frente a la deforestación y degradación del territorio: un insumo para la construcción e implementación de Bosques Territorios de Vida – Estrategia Integral de Control a la Deforestación y Gestión de los Bosques. Programa ONU-REDD. Colombia. Bogotá, 2018., pp 40-49. Disponível em: https://www.unredd.net/documents/un-redd-partner-countries-181/latin-america-the-caribbean-334/colombia-706/16787-perspectiva-del-pueblo-negro-frente-a-la-deforestacion-y-degradacion-del-territorio-un-insumo-para-la-construccion-e-implementacion-de-la-estrategia-bosques-territorios-de-vida-estrategia-integral-de-control-a-la-deforestacion-y-gestion-de-los-bosques.html

Camacho, A., López, D., Ome, E., Yepes, A., García, P., Leguía, D. & Rodríguez, M. 2018. Bosques, género y REDD+: un insumo para Bosques Territorios de Vida-estrategia integral de Control a la deforestación y Gestión de los Bosques. Programa ONU-REDD Colombia. Bogotá, 2018. Disponível em: https://www.unredd.net/documents/un-redd-partner-countries-181/17100-bosques-y-genero-en-la-preparacion-para-redd-un-insumo-para-la-incorporacion-del-enfoque-de-genero-en-la-estrategia-integral-de-control-a-la-deforestacion-y-gestion-de-los-bosques.html

Córdoba, E., Guisao, E., Caicedo, F., Córdoba, A., Yepes, A., Arango, C.F. 2018. Sistematización de la Experiencia de Monitoreo de los Recursos Naturales en COCOMASUR. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. Programa ONU-REDD Colombia. Bogotá, 2018. Disponível em: https://www.unredd.net/documents/un-redd-partner-countries-181/latin-america-the-caribbean-334/colombia-706/16778-sistematizacion-de-la-experiencia-de-monitoreo-de-los-recursos-naturales-en-cocomasur.html

Del Popolo, Fabiana. 2008. "Los pueblos indígenas y afrodescendientes en las fuentes de datos: experiencias en América Latina", documentos de proyecto, Nº 97 (LC/W.197), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/3616

Fa, J. E., Watson, J. E. M., Leiper, I., Potapov, P., Evans, T. D., Burgess, N. D., Molnár, Z., Fernández-Llamazares, Á., Duncan, T., Wang, S., Austin, B. J., Jonas, H., Robinson, C. J., Malmer, P., Zander, K. K., Jackson, M. V., Ellis, E., Brondizio, E. S. & Garnett, S. T. 2020. Importance of Indigenous Peoples' Land for the Conservation of Intact Forest Landscapes. Frontiers in Ecology and the Environment, 18(3): 135-140. http://ecotope.org/people/ellis/papers/fa_2020.pdf.

FAO. 2013. Política de igualdad de género de la FAO. Alcanzar las metas de seguridad alimentaria en la agricultura y el desarrollo rural. Roma. Disponível em: http://www.fao.org/3/i3205s/i3205s.pdf

FAO. 2016a. Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Indígenas de Panamá se capacitan en uso de drones para cuidar el bosque. (Disponível em: http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/417512/). Acesso: 24 de setembro de 2020.

FAO. 2016b. Indígenas de Panamá usarán drones para cuidar los bosques. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QLAtNLC7zzI&ab_channel=FoodandAgricultureOrganizationoftheUnitedNations). Acesso: 24 de setembro de 2020.

FAO. 2017. Atlas de las mujeres rurales de américa latina y el caribe: Al tiempo de la vida y de los hechos. Santiago de Chile: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf

FAO. 2017a. Las mujeres indígenas atesoran una sabiduría ancestral que ayuda a proteger los recursos naturales. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gbmjTf7e_4o&list=PLzp5NgJ2-dK5u4tpL5cMLc-rCbK2tledJ&index=5&ab_channel=FoodandAgricultureOrganizationoftheUnitedNations). Acesso: 24 de setembro de 2020.

FAO. 2017b. Empoderar a las mujeres indígenas es clave para lograr el #HambreCero. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7cTIg8SY4ls&list=PLzp5NgJ2-dK5u4tpL5cMLc-rCbK2tledJ&index=4&ab_channel=FoodandAgricultureOrganizationoftheUnitedNations). Acesso: 24 de setembro de 2020.

FAO. 2018a. Directrices voluntarias para lograr la sostenibilidad de la pesca en pequeña escala en el contexto de la seguridad alimentaria y la erradicación de la pobreza (segunda edición). Santiago.

FAO. 2018b. Una silla violeta para dar voz a las mujeres indígenas. (Disponível em: http://www.fao.org/news/story/es/item/1148053/icode/). Acesso: 24 de setembro de 2020.

FAO. 2019a. FAO en Guatemala. Recuperando el pasado y el futuro. (Disponível em: http://www.fao.org/guatemala/programas-y-proyectos/historias-de-exito/recuperando-el-pasado-y-el-futuro/ru/). Acesso: 24 de setembro de 2020.

FAO. 2019b. Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Diálogo Regional de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe. (Disponível em: http://www.fao.org/americas/eventos/ver/es/c/1180323/). Acesso: 24 de setembro de 2020.

FAO. s/f. Pueblos Indígenas. A Escuela de Liderazgo de Mujeres Indígenas: Apoyando a las lideresas de mañana. (Disponível em: http://www.fao.org/indigenous-peoples/our-work/indigenous-women/es/). Acesso: 24 de setembro de 2020.

FILAC. 2018. FILAC conforma la primera Red de Especialistas indígenas sobre Finanzas del Clima. (Disponível em: https://www.filac.org/wp/comunicacion/filac-informa/filac-conforma-la-primera-red-de-especialistas-indigenas-sobre-finanzas-del-clima/). Acesso: 24 de setembro de 2020.

Garnett, S. T., Burgess, N. D., Fa, J. E., Fernández-Llamazares, Á., Molnár, Z., Robinson, C. J., Watson, J. E. M., , Zander, K. K., Austin, B., Brondizio, E. S., French-Collier, N., Duncan, T., Ellis, E., Geyle, H., Jackson, M. V., Jonas, H., Malmer, P., McGowan, B., Sivongxay, A. y Leiper, I. 2018. A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation: supplementary information. Nature Sustainability, 1(7): 369-374. (Disponível em: https://www.sprep.org/attachments/VirLib/Regional/indigenousprotected- areas-spatial.pdf).

Herrera-Arango, J. 2017. La tenencia de tierras colectivas en Colombia: datos y tendencias. CIFOR Infobrief 203. (Disponível em: https://doi.org/10.17528/cifor/006704).

Hopenhayn, Martín, Álvaro Bello y Francisca Miranda. 2006. "Los pueblos indígenas y afrodescendientes ante el nuevo milenio", serie Políticas sociales, Nº 118 (LC/L.2518-P/E), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Publicación de las Naciones Unidas, Nº de venta: S.06. II.G.45. (Disponível em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/6123) Acesso: 24 de setembro de 2020.

Oxfam, FAO y FMW. 2019. Evaluación Rápida de Necesidades Departamento de la Guajira. Colombia. Febrero 2019. Oxfam, Colombia.

Oxfam. 2016. Territorio Común. Garantizar los derechos a la tierra y proteger el planeta. Oxford.

PICC. 2019. Climate Change and Land. An IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. Summary for Policymakers. Ginebra.

Rapoport Center. 2009. Territorios olvidados, derechos incumplidos: Afroecuatorianos en áreas rurales y su lucha por tierra, igualdad y seguridad, Un reporte de la delegación Rapoport en derechos de tierra afroecuatoriana. The Bernard and Audre Rapaport Center for Human Rights and Justice, University of Texas, Law School, Austin.

RRI. 2020. Estimate of the area of land and territories of Indigenous Peoples, local communities, and Afrodescendants where their rights have not been recognized. Washington, D. C.

Ruiz-Jaen, M. 2019. Panamá y Paraguay intercambian conocimientos sobre monitoreo comunitario y planificación territorial. (Disponível em: https://www.un-redd.org/post/2019/12/03/panam%C3%A1-y-paraguay-intercambian-conocimientos-sobre-monitoreo-comunitario-y-planificaci%C3%B3n). Acesso: 24 de setembro de 2020.

Suárez, J.A., González, J.J, Cubillos, A., Chadid, M.A., Cubillos, A., Arias, A., Zúñiga, E., Joubert, F., Pérez, I., Berrío, V., Yepes, A., Ome, E., García, P. & Leguía, D. 2018. Causas y Agentes de la deforestación en territorios de comunidades negras del Pacífico colombiano. En: García *et al*. (Eds). Perspectiva del pueblo negro frente a la deforestación y degradación del territorio: un insumo para la construcción e implementación de Bosques Territorios de Vida – Estrategia Integral de Control a la Deforestación y Gestión de los Bosques. Programa ONU-REDD. Colombia. Bogotá, 2018, pp 82-101. Disponível em: https://www.unredd.net/documents/un-redd-partner-countries-181/latin-america-the-caribbean-334/colombia-706/16787-perspectiva-del-pueblo-negro-frente-a-la-deforestacion-y-degradacion-del-territorio-un-insumo-para-la-construccion-e-implementacion-de-la-estrategia-bosques-territorios-de-vida-estrategia-integral-de-control-a-la-deforestacion-y-gestion-de-los-bosques.html

Schkolnik, Susana y Fabiana Del Popolo. 2005. "Los censos y los pueblos indígenas en América Latina: Una metodología regional", Notas de población, Nº 79 (LC/G.2284-P), Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Carie (CEPAL), julio. (Disponível em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/12769) Acesso: 24 de setembro de 2020.

S.U. CEPAL. 2020. Las personas afrodescendientes y el COVID-19: develando desigualdades estructurales en América Latina. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46620

Viviescas, L.S., Yepes, A.P., Mina, D., Castro, J., Caicedo, J., Mera, F. & González, C. 2020. Manejo Forestal Comunitario: Productos Forestales No Maderables y los Artesanos de San Antonio de Yurumanguí. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible y Unión Europea. Colombia. Bogotá, 2020. Producto elaborado en el Marco del Convenio 481 de 2019, entre Minambiente-FAO para la Asistencia Técnica para la Implementación del Modelo de Forestería Comunitaria e impulso a la economía forestal. Disponível em: https://nacionesunidas.org.co/Publicaciones-FAO/Forester%C3%ADa-Comunitaria/Manejo%20Forestal%20Comunitario,%20artesanos%20Yurumangu%C3%AD.pdf

Yepes, A., Arango, C.F., Suárez, J.A., González, J.J., & Cabrera, E. 2018a. Monitoreo comunitario participativo en consejos comunitarios y plataformas organizativas del pueblo negro. En: García *et al*. (Eds). Perspectiva del pueblo negro frente a la deforestación y degradación del territorio: un insumo para la construcción e implementación de Bosques Territorios de Vida – Estrategia Integral de Control a la Deforestación y Gestión de los Bosques. Programa ONU-REDD. Colombia. Bogotá, 2018., pp 170-185. Disponível: https://www.unredd.net/documents/un-redd-partner-countries-181/latin-america-the-caribbean-334/colombia-706/16787-perspectiva-del-pueblo-negro-frente-a-la-deforestacion-y-degradacion-del-territorio-un-insumo-para-la-construccion-e-implementacion-de-la-estrategia-bosques-territorios-de-vida-estrategia-integral-de-control-a-la-deforestacion-y-gestion-de-los-bosques.html

Yepes, A., Arango, C.F., Cabrera, E., González, J.J., Galindo, G., Barbosa, A.P., Urrego, D., Tobón, P., Suárez, A., Camacho, A. 2018b. Propuesta de lineamientos para el monitoreo comunitario participativo en Colombia y su articulación con el Sistema Nacional de Monitoreo de Bosques. Instituto de Hidrología, Meteorología y Estudios Ambientales – IDEAM–. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. Programa ONU-REDD Colombia. Bogotá, 2018. Disponível em: http://www.fao.org/3/I9584ES/i9584es.pdf

Yepes Quintero, A.P., Ruíz, A., Uribe Úsuga, M., Zuñiga, J., Viviescas, L.S., Zapata, M., González, C., Castro, A., Mera, F., Moncaleano, P., Pacheco, E. & Cabeza, O. 2019. Asistencia Técnica para la Implementación del Modelo de Forestería Comunitaria. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible, organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura y Unión Europea. Colombia. Bogotá, 2019. Producto elaborado en el Marco del Convenio 461 de 2018, entre Minambiente-FAO para la Asistencia Técnica para la implementación del modelo de forestería comunitaria. Disponível em: https://nacionesunidas.org.co/Publicaciones-FAO/Forester%C3%ADa-Comunitaria/Forester%C3%ADa%20Comunitaria%20-%20Resultados_FAO-UE-Minambiente2019.pdf

Yepes Quintero, A.P., Ruiz, A., Mora, E., Santos Acuña, L., & Guerrero, R. 2020. MANEJO FORESTAL SOSTENIBLE BASADO EN COMUNIDADES: conceptos básicos, contexto y avances en Colombia". Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible y Unión Europea. Colombia. Bogotá, 2020. Producto elaborado en el Marco del Convenio 481 de 2019, entre Minambiente-FAO para la Asistencia Técnica para la Implementación del Modelo de Forestería Comunitaria e impulso a la economía forestal. Disponível em: https://nacionesunidas.org.co/Publicaciones-FAO/Forester%C3%ADa-Comunitaria/Cartilla%20Manejo%20Forestal%20Comunitario.pdf

Escritório Regional para a América Latina e o Caribe

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Santiago do Chile, Chile

ISBN 978-92-5-138051-2
9 789251 380512
CB4847PT/1/08.23

©FAO/Mauricio Mireles